



Professor Florestan Fernandes.
Acervo Iconografia da Emporium Brasiliis.

AS RELAÇÕES RACIAIS EM SÃO PAULO REEXAMINADAS*

Florestan Fernandes**

Não podemos apanhar a nossa investigação como um projeto típico de “pesquisas de relações raciais” à la norte-americana. A nossa tentativa buscava *render conta de uma realidade histórica*. Isso envolvia: 1º) uma compreensão das relações recíprocas entre passado, presente e futuro [passado $\leftarrow \rightarrow$ presente $\leftarrow \rightarrow$ futuro], o que obriga a combinar pesquisa de campo com pesquisa de reconstrução histórica, através de um foco de referência que permita partir das percepções e explicações cognitivas dos sujeitos com os anseios de transformação da realidade (por exemplo, associação da observação participante ao estudo de caso da *Lei Afonso Arinos*). Portanto, o alvo cognitivo maior não era reproduzir as situações grupais como “situações de laboratório”. Ele consistia em reproduzir o concreto a partir das experiências dos agentes das experiências humanas observadas. 2º) uma abordagem interdisciplinar que tinha como premissa a fusão de *micro e macro*, economia, personalidade, cultura e sociedade, compreendidas em suas relações recíprocas (o que exigia que explicações históricas, econômicas, sociológicas, psicológicas e antropológicas fossem exploradas simultaneamente, embora convertendo-se o ponto de vista sociológico em foco de unificação conceitual e de definição dos problemas básicos). Tal abordagem permitiu passar da desagregação da sociedade escravista à formação da sociedade de classes através de contradições que marcavam continuidades e descontinuidades no mundo de produção, na organização da vida social, e nos dinamismos da cultura, ressaltando-se objetivamente como distância social entre raça, desigualdades raciais, preconceito de cor e discriminação, em vez de desaparecerem com a crise do padrão assimétrico de relação racial, fossem reabsorvidos e redefinidos sob a égide do trabalho livre e das

* Publicado in SEMINÁRIO DE CULTURA BRASILEIRA, nº 4. São Paulo, 1984. *Revisitando a terra de contrastes: a atualidade da obra de Roger Bastide*; organização de Olga R. de Moraes von Simson. São Paulo, FFLCH/CERU, 1986. p. 13-9. Aqui foi transcrito o roteiro da exposição (não o texto oral da exposição, que, infelizmente, não foi redigida).

** Professor de Sociologia da FFLCH/USP.

novas condições histórico-sociais. O mundo mental do negro e do mulato, esfera para cuja análise R. Bastide estava tão preparado, graças aos seus estudos anteriores sobre a poesia negra, o candomblé e a macumba, a psicanálise dos sonhos e o estudo dialético das linhas de cor na competição religiosa, sexual e amorosa, não é “descoberto” como um produto da síntese empírica. Ele surge como uma totalidade apreendida preliminarmente, que lança uma nova luz sobre as relações raciais cooperativas, competitivas e de conflito na sociedade brasileira.

Na verdade, os que hoje nos fazem a crítica de que ignoramos a “dimensão cultural” não levam em conta a amplitude, as implicações e o significado dessa abordagem, possível em grande parte graças à experiência de Bastide - suas pesquisas sobre a transplantação, a reelaboração e transculturação das religiões africanas. A “dimensão cultural” não aparece como um *dado externo*, uma “coisa palpável” e empiricamente contingente. Porém, como um “modo de ser”: o negro como *pessoa*, sujeito de si mesmo e de uma história que foi negada, mas que, não obstante, transcorreu como ação dos oprimidos (daí a importância da passagem da condição de vítima passiva, para a de agente do movimento negro, da frustração subjetiva para a rebelião e a “Segunda Abolição”). Desse ângulo, o aparecimento do regime de classes confere aos negros e mulatos novos papéis históricos e sua atuação coletiva assinala sua presença na construção da civilização emergente (não importa se esses papéis tenham sido bloqueados pela sociedade inclusiva e se dissipassem sem deixar as marcas históricas do inconformismo negro).

A nossa pesquisa foi o produto de um acaso. A. Métraux trouxe-nos o programa da UNESCO para o Brasil, nascido de uma hipótese infundada (a de que o Brasil constituía uma situação negativa, da perspectiva da manifestação do preconceito e da discriminação raciais, por sua vez extraída de um artigo de D. Pierson). R. Bastide foi convidado para ser o encarregado da parte sociológica do projeto sobre São Paulo (outros desdobramentos: dois estudos de psicologia atribuídos a Ariela M. Giensberg e a Virgínia Bicudo; uma sondagem sociológica sobre uma comunidade rural do estado de São Paulo: graças a Oracy Nogueira, a escolha recaiu sobre Itapetininga, que ele estava estudando). Bastide recusou, pois estava ocupado de modo absorvente na preparação e redação de sua tese de doutoramento. Sugeriu que D. Pierson fosse convidado; este anuiu, porém desinteressou-se quando descobriu que a UNESCO não alocara fundos suficientes para a realização de uma pesquisa de envergadura (cada desdobramento do projeto ficara com mil dólares; a nossa dotação foi direta a Lucila Herrmann e Renato Jardim Moreira, nossos colaboradores de pesquisa, que receberam quinhentos dólares cada um. A pesquisa, em suma, se fez de graça. O que é uma ironia, já que ela foi projetada e desenvolvida como uma das pesquisas mais complexas até então efetuadas entre nós... Paulo Duarte logrou obter um financiamento de oitenta contos da reitoria da USP, mas esse dinheiro foi aplicado no financiamento da

publicação do nosso trabalho na revista *Anhembi* e do grosso volume que continha todos os resultados da investigação). Métraux compeliu R. Bastide a aceitar o encargo e este, por sua vez, induziu-me a entrar com ele na grande aventura, o que aceitei de maneira relutante. Esse acaso se revelaria, em seguida, a coisa mais importante que aconteceu em minha vida de sociólogo profissional e de militante socialista.

Existiam divergências entre Bastide e eu na forma de encarar a situação concreta do negro. Eu coligira, para ele, alguns estudos de personalidade em 1941 e fizera, para o professor Emílio Willems, um levantamento sobre certas formas de discriminação em Sorocaba, em 1942. Principalmente, como criança de origem *lumpen*, vivi em porões e cortiços de vários bairros (principalmente na Bela Vista) e começara a trabalhar com pouco mais de 6 anos. Os negros eram companheiros de privações e misérias; eu podia manejar a "perspectiva do oprimido" e, por aí, desmascarar a hipocrisia reinante sobre o assunto. O professor Bastide, por suas investigações, compartilhava de muitas das minhas convicções; mas, rejeitava outras, em particular porque preferia os meios-tons, aquilo que se poderia chamar de "verdade redentora", aparente no perdão mútuo, no esquecimento, a superação pelo negro das "injustiças" (ele evitava converter a descrição em julgamento; os dois capítulos que escreveu para *Negros e Brancos em São Paulo* demonstram que o apego estrito à objetividade científica ia a par com o nuançamento dos elementos chocantes, com uma dialética proudhoniana, que exibia o mal sem ignorar o bem, ou o mau sem desdenhar o bom). Achei que seria fecundo colocar em suspenso as diferenças, através de um projeto de pesquisa que firmasse certas hipóteses diretrizes fundamentais. Ele concordou. Redigi o projeto, que foi submetido à sua crítica. Ele só alterou algumas passagens sobre Pierson, atenuadas ou omitidas, que eu havia utilizado deliberadamente como uma espécie de *straw man*, ressaltando assim as ambigüidades e inconsistências que deveríamos evitar (ou controlar) em uma investigação comprometida com o próprio negro.

Não é caso de repetir aqui o que foi o desenrolar da pesquisa. Graças ao prestígio de Bastide na comunidade negra, contamos com uma maciça colaboração de negros e mulatos de várias categorias sociais e das diferentes gerações em contato. A primeira reunião foi celebrada na Biblioteca Pública Municipal, com uma massa notável de ouvintes e participantes. As demais foram realizadas no auditório da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Tínhamos a intenção de coligir documentos pessoais, elaborados pelos próprios sujeitos. O nível médio de escolaridade e de maturidade intelectual mostrou que só alguns sujeitos estavam em condições de nos proporcionar os materiais desejados. Isso nos obrigou a uma tática rica de investigação. Substituímos o documento pessoal (mantido para um número pequeno de sujeitos) pela observação participante em situação grupal (o que aumentou o interesse daquelas reuniões e dos materiais estenográficos resul-

tantes). E logo empreendemos reuniões paralelas com as mulheres (que se revelaram mais maduras que os homens na percepção da realidade ambiente) e com os intelectuais negros (que se tornaram também pesquisadores, elaborando estudos de casos especiais). Assim tínhamos a grande reunião formal, de mês em mês; o seminário com as mulheres (de quinze em quinze dias) e o seminário com os intelectuais (todos os sábados, em uma associação cultural negra localizada na rua Formosa). A bateria de materiais era completada pelo recurso ao questionário, aplicado por estudantes; por entrevistas formais e informais (eventualmente, com sujeitos recrutados naquelas três situações); e pela observação direta de situações concretas e estudos de caso (sobre personalidades negras e mulatas; cortiços, bairros, etc). Os brancos e as barreiras raciais foram focalizados por recursos proporcionados por essas técnicas de investigação e pela colaboração de estudantes mais avançados na elaboração de estudos de caso (famílias tradicionais, empresas de grande e médio porte, serviços de seleção de pessoal, etc). A reconstrução histórica ficou sob meu encargo, com a colaboração de Renato Jardim Moreira; uma importante sondagem quantitativa sobre incongruências de atitudes e valores na esfera das relações raciais foi conduzida por Roger Bastide, com a colaboração de Lucila Herrmann. Os materiais referentes à *Lei Afonso Arinos*, por sua vez, além de uma coleta paralela de opiniões e reações espontâneas, foram arrolados através de uma seqüência de debates.

A elaboração dos resultados da investigação este não seria o lugar para debater o desenvolvimento da pesquisa e a forma de aproveitamento das conclusões a que chegamos. Houve um lapso grave no circuito. Dado o caráter da comunicação existente entre os pesquisadores e os pesquisados, seria normal incluir uma série de reuniões para discutir com os interessados aquelas conclusões. No entanto, a UNESCO tinha pressa em receber o relatório final que, devido ao nosso complicado esquema de trabalho, acabou sendo entregue depois do prazo estipulado. Ainda assim, o nosso estudo foi reproduzido por *Anhembi* em 1953 (dos números 30 a 34 desse ano) e transcrito no volume global¹, publicado em 1955. Em seguida, em exposições ocasionais, minhas ou de Bastide, os principais

1. Por lapso editorial (devido provavelmente ao desejo de Paulo Duarte de salientar o trabalho de R. Bastide e F. Fernandes), o volume coletivo saiu com o título da primeira monografia. Além disso, os créditos de uma edição cooperativa não foram incorporados à página de rosto e um dos estudos arrolados no índice (publicado anteriormente pela revista *Anhembi*) deixou de ser transcrito. Tudo isso não impede que aquela publicação *omnibus* tenha uma grande importância na bibliografia brasileira sobre relações raciais. E levanta o problema que continua a cegar alguns leitores especializados: eles não entendem que "relações raciais" não são somente uma especialidade, tal como foi cultivada nos Estados Unidos, e que havia um propósito amplo de estudar todos os aspectos de uma formação social (a sociedade brasileira de classes, como ela surge e se transforma em São Paulo através da urbanização, da industrialização e da incorporação do negro ao sistema de trabalho livre).

sujeitos-colaboradores da pesquisa tiveram oportunidade de tomar conhecimento dos resultados, de discuti-los conosco e de endossá-los com certo entusiasmo.

O primeiro trabalho, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* teve a sua terceira edição em 1959, pela Companhia Editora Nacional; nós a consideramos como sendo a segunda edição revista e ampliada (no volume também foi incluído o projeto de pesquisa de 1951 (p. 321-358) e o artigo de Roger Bastide e Pierre Van den Bergue, "Estereótipos, normas e comportamento inter-racial em São Paulo" (p. 359-371). A ele se seguiram outros trabalhos conhecidos da bibliografia de Roger Bastide: "Sociologie du Brésil" e "La Rencontre des Hommes", primeira parte de *Le Proche et le Lointain*; e minha: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, *O Negro no Mundo dos Brancos* e primeira parte de *Circuito Fechado*. Alguns materiais, destinados ao estudo da personalidade por exemplo, não foram re-explorados.

Esse arrolamento indica por si mesmo as ricas conseqüências da investigação. Mas ela suscita duas reflexões deveras importantes. Ela está na raiz de uma nova visão da formação e transformação da sociedade brasileira moderna; e, de outro lado, serve de prova da *veracidade* da visão do negro sobre sua condição humana e da realidade racial brasileira. A sociedade paulistana ficara surda e muda à emergência do movimento de protesto negro. No entanto, a pesquisa sociológica demonstrava que o oprimido e excluído é quem tinha razão, malgrado permanecesse ausente da "história oficial". Não que se endossasse, pura e simplesmente, o modo de perceber e de explicar a realidade racial do negro e do mulato. As elaborações perceptivas e cognitivas - das mais elementares às mais complexas e literárias ou políticas - do movimento negro serviram como ponto de partida e fio condutor. Elas foram ampliadas, verificadas empiricamente e testadas interpretativamente, aprofundadas e incorporadas ao horizonte cultural da explicação sociológica. Não foram, só por isso, reduzidas e entendidas como ideologia. Mas sim projetadas no âmbito de comportamentos coletivos nos quais o saber do negro sobre si mesmo era também um saber sobre o branco, a sociedade inclusiva e a necessidade histórica de sua transformação. A experiência amarga, o ressentimento e a dor transpareciam, agora, como conhecimento maduro e comprovável, que convertia a *nova abolição* em uma projeção utópica de revolução racial dentro da ordem estabelecida, pela qual a contra-ideologia do "negro revoltado" e o papel histórico do negro como "paladino da liberdade" e da *democracia racial* se concretizavam como dinamismos históricos libertários. No limite, uma evidência da tentativa de "fazer" e de "mudar" a história do brasileiro de origem mais humilde e espoliada, que foi solapada e por fim derrotada sem visibilidade e sem dramaticidade, pelo que foi, na expressão de suas vítimas, o terrível "emparedamento do negro" na maior e mais importante cidade brasileira nas décadas de 30, 40 e 50.

As reações à pesquisa: de imediato, fomos considerados “tendenciosos” e responsáveis pela “deformação da verdade” em vários níveis da sociedade circundante. Houve, mesmo, uma ocorrência típica. O diretor de uma escola de sociologia que afirmou publicamente que Bastide e eu estávamos introduzindo “o problema” no Brasil! A comunidade negra, por sua vez, exagerou a importância de nossa contribuição. Estava maravilhada com o fato de termos rompido aquele isolamento psicossocial e histórico, feito dele uma arma da razão e da crítica. Principalmente, ficaram encantados com o fato de suas “lutas” terem encontrado resposta e confirmação. Parecia-lhes que a sociologia lhes abria uma “ponta de justiça”, acenando com a perspectiva de que, aquilo que não se convertera em história, poderia vir a sê-lo no futuro próximo. Fomos cuidadosos. Não tentamos indicar a falta de correlação entre a reação coletiva do negro e a gravidade do dilema racial na sociedade brasileira. De que adiantaria esse exercício literário? Bastara-nos indicar que a integração nas classes começava *outra história*, porque conferia ao negro a possibilidade de acesso a uma forma mais eficiente de conflito aberto e de luta contra uma ordem racial iníqua.

As transformações da sociedade logo viriam demonstrar o acerto de nossos procedimentos e dos prognósticos implícitos ou explícitos (como no último ensaio do livro *O Negro no Mundo dos Brancos*). *O problema negro* se tornou, ao mesmo tempo, mais claro, mais grave e mais carregado de tensões emancipadoras. As avenidas da ascensão social abriram ao *novo negro* os canais competitivos e egoísticos da luta por posições e prestígio afastando-o do mundo dos negros mas, por isso mesmo, convertendo-o em complicador de todos os cálculos fundados na etiqueta tradicional e no jogo de “manter o negro em seu lugar”. De outro lado, o advento do capitalismo monopolista subverteu a história burguesa e, por aí, as acomodações raciais, desequilibrando os paralelismos estáticos entre “classe” e “raça”. O “radicalismo negro” assume nova feição. O negro revoltado não se volta contra a superfície das coisas. Não se contenta em ser o campeão da liberdade e, por assim dizer, o branco visto sem as máscaras. Ele quer levar, agora, a subversão ao fundo da sociedade, fazer o contrário dos grandes líderes das décadas de 30 e 40: fundir os *ismos*, injetar afrobrasilidade nos *ismos*, imprimindo ao movimento negro uma radicalidade revolucionária.

Neste novo contexto, alguns nos confundiram com o que nunca fomos - inclusive, chamaram-nos de “paternalistas”. Não se entendeu que a explicação sociológica objetiva, crítica e militante soldava dois momentos do próprio movimento negro e que nós não tínhamos outro papel senão esse, de servir de ponte entre as gerações que desencadearam o primeiro protesto negro e as que erguem, no presente, as bandeiras da liberdade maior no “meio negro”. Hoje o próprio negro prescinde do elo que foi necessário há três décadas. Nem por isso havia um “paternalismo” antes ou uma ambigüidade hoje. Tivemos a coragem de nos

solidarizar com a rebelião que não foi entendida e correspondida pela sociedade global. Explicamos o que ela queria dizer e nos pusemos a seu lado. Nos dias que correm, naturalmente, temos de avançar na mesma direção, para acompanhar o negro como agente de sua própria emancipação humana. As relações entre raça e classe se subverteram. Marcamos, à medida em que o pudemos fazer, as várias etapas desse salto histórico maravilhoso. O que está em questão não é a REDENÇÃO do negro (uma palavra que evoca o grande campeão da luta abolicionista em São Paulo, Antonio Bento). É a redenção do homem. É por aqui que devemos apanhar a grandeza intelectual de Roger Bastide e homenageá-lo como merece, situando-o como o grande mestre que foi e o modelo de ser humano puro e íntegro, que via na sociologia um meio de ligar melhor os homens entre si, acima de suas diferenças e no centro de sua humanidade civilizada e civilizadora.